



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0077/16	DATA: 03/03/2016	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 10h02min	TÉRMINO: 12h52min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LORENZO CARRASCO BAZÚA - Jornalista.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento do Sr. Lorenzo Carrasco Bazúa, jornalista.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em espanhol sem tradução simultânea.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes quilombolas — CPI FUNAI e INCRA.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 13ª Reunião.

Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Valdir Colatto.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a ata, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 13ª Reunião.

A Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício da Deputada Tereza Cristina informando que a participação do Dr. Gustavo Passarelli da Silva, determinada pela aprovação do Requerimento nº 118, de 2015, se dará semanalmente, com chegada a Brasília às terças-feiras pela manhã e retorno às quartas-feiras, no fim do dia, podendo ocorrer às quintas-feiras quando houver reuniões da Comissão agendadas, até o término da CPI.

Ofício do Governador do Estado de Rondônia, em resposta a requisição desta CPI, com informações que versam sobre áreas de litígios envolvendo populações indígenas, dos quilombos, outros povos e comunidades tradicionais, meio ambiente e outras situações, no Estado de Rondônia.

Ofício da Presidência da EMBRAPA, em resposta a requisição da CPI, encaminhando DVD contendo cópia integral de documentos relativos à análise especial e temporal da ocupação, uso, atribuição das terras, demandas indígenas e agrícolas nos Municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Estado do Paraná.



A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. Lorenzo Carrasco Bazúa, jornalista, em virtude da aprovação do Requerimento nº 99, de 2015, do Deputado Valdir Colatto.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que o Sr. Lorenzo Carrasco Bazúa será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado.

Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e será encerrada no início da fala do depoente. Então, ela já está à disposição dos que quiserem se inscrever.

Durante a tomada de depoimento poderão usar da palavra o Relator por 30 minutos, o autor do requerimento por 5 minutos, e os demais membros da Comissão por 3 minutos.

As perguntas ao depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente a palavra, pelo mesmo prazo, para obter esclarecimentos, enquanto não considere satisfatórias as respostas do depoente sobre as perguntas formuladas no tempo inicial.

Os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicações destinadas ao debate.

Convido o Sr. Lorenzo Carrasco Bazúa a tomar assento à mesa, por favor.

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.



Advirto-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Seu compromisso, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, pela ordem. Permita-me.

Primeiro, quero agradecer a presença do convidado, que está legitimada por aprovação, até por acordo, do Plenário, mas eu gostaria de saber algo. Ao pesquisar mais atentamente a obra e a vida do convidado, percebe-se um financiamento feito pela revista *EIR*, que tem participação do reconhecido político de extrema-direita norte-americano Lyndon LaRouche, economista, até conhecido do ponto de vista político de forma meio folclórica. Então, eu gostaria de saber de que modo ele está aqui: se representa quem o financia, quem financia as suas pesquisas e publicações, ou se está aqui como professor.

Seria importante isso, até porque o jornalista enriquece o Brasil sendo um cidadão mexicano. É bom que pessoas do mundo inteiro contribuam conosco, inclusive numa investigação estritamente sobre o Estado brasileiro, órgãos estatais brasileiros, como a FUNAI e o INCRA. Eu não vejo problema nisso. O Brasil é muito plural. Infelizmente, só não se pode ser indígena no Brasil; pode-se ser tudo, menos indígena.

Em todo o caso, com todo o respeito a esse aspecto, eu gostaria de ter essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - A resposta o próprio depoente vai lhe oferecer.

É um requerimento, Deputado, que qualquer Parlamentar traz. O Deputado Colatto, no seu direito legítimo, fez o requerimento, esta Comissão o aprovou e, agora, nós vamos ouvir o nosso depoente aqui.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu só queria, na condição de Relator, dizer que, primeiro, respeito todos os Parlamentares que apresentarem requerimentos de convocação ou de convite a qualquer pessoa que possa colaborar com o tema.



O Prof. Lorenzo Carrasco tem livros editados sobre o tema, é um estudioso do tema, são respeitadas as suas opiniões pela mídia nacional e internacional. Mesmo que fosse apenas um conhecedor do tema, isso já seria suficiente.

Agora, fora tudo isso, eu acho que, quando um Deputado faz um requerimento e esse requerimento é aprovado nesta Casa, não há mais que ser questionado o resultado da votação do requerimento que está aprovado.

Então, não vamos diminuir o tamanho do posicionamento que vai ser colocado por qualquer depoente nesta CPI, porque, justamente, se foi aprovado o requerimento por este Plenário, é porque o Plenário entende a importância da presença de cada um que vem depor aqui.

Eu acredito que o depoente hoje convidado não é menos importante do que qualquer outro que virá aqui. Cada um tem sua parcela de colaboração. Cada um com sua ideologia pode fazer os seus requerimentos. O Deputado Valdir Colatto fez o requerimento e ele foi aprovado.

É, sem dúvida nenhuma, uma das pessoas que tem, sim, uma opinião que, às vezes, não agrada a todos, mas que tem uma opinião importante para a fundamentação desse relatório da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O depoente vai prestar o compromisso.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Lorenzo Carrasco Bazúa.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não é verdade. Há regiões autônomas. Ou não se conhece o zapatismo? Chiapas toda é região autônoma, dirigida pelos próprios indígenas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ele tem 20 minutos. Depois dos 20 minutos V.Exa. fala, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, depois V.Exa. vai ter a palavra.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O senhor está desinformado sobre seu país de origem.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O senhor está desinformado. Eu vou lhe provar isso.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, vamos fazer um acordo aqui. Em primeiro lugar, vamos deixar o depoente falar, o mexicano, vamos receber bem os visitantes.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, fala se respeitar.

O SR. DEPUTADO MARCON - E o outro tem que respeitar os Parlamentares. O senhor não pode questionar os Deputados. O senhor está aí como testemunha. Tem que respeitar os Deputados.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Tem que dizer quem o financia, porque as pessoas são financiadas. Deputado ganha salário, jornalista ligado à Globo ganha da Globo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Deputado, depois nós vamos questionar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quem o financia? Se não é o LaRouche, quem é?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, ou nós colocamos ordem na Casa... Aqui, quem manda é sem-terra, indigenista, etc.? Pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Está sendo pago por quem para estar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, V.Exa. vai ter a palavra depois. Qualquer Deputado vai poder falar.

O SR. DEPUTADO MARCON - Temos que respeitar o estrangeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Vou cortar a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço-lhe desculpa. É apenas porque ele tem que responder, e não que dizer que eu estou desinformado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Temos que respeitar o estrangeiro aqui.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ele não tem que responder antes dos 20 minutos.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu fiz uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exa. não pode fazer questão de ordem para depoente! Onde V.Exa. viu isso? Leia o Regimento!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu fiz.

O SR. DEPUTADO MARCON - Vamos respeitar o estrangeiro.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Depois dos 20 minutos do depoente, vai ser aberta a palavra para os Deputados.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. não é o Presidente da sessão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero dizer a V.Exas. que quem preside a relatoria sou eu. Eu não vou admitir essa intervenção a qualquer depoente nos 20 minutos!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não é V.Exa. que admite, não!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou pedir que se corte o seu microfone, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não é V.Exa. que admite, não! Sou eu que não admito desrespeito, nem de V.Exa. nem de convidado qualquer! Eu vou respeitar se eu for respeitado! Senão, não tem audiência. Não duvide disso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Os 20 minutos dele terão que ser respeitados, regimentalmente! Depois dos 20 minutos, V.Exa. pode interpelar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Serão respeitados se houver respeito aos Deputados, principalmente a este Deputado, que não abre mão da dignidade!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, V.Exa., ou qualquer Deputado, tem que respeitar o Regimento da Casa, o.k.?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho que ser respeitado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Olhe aqui. O § 2º diz o seguinte: "O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá,



para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado”. Está aqui, Deputado. Então, V.Exa. terá o tempo regimental, e vai falar depois.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Não, aqui está. O art. 256 é claro, o.k.?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. disse que o depoente irá explicar. E o depoente começou a explicar dizendo que eu sou desinformado!
(Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - V.Exa. terá os seus 3 minutos depois. Vai poder fazer a réplica, a tréplica, sem problema nenhum. Então, espere que ele fale. Depois, V.Exa. vai falar.

Volte a falar, Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*
(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sr. Lorenzo, o seu tempo acabou. Eu vou lhe dar mais alguns minutos. Aos outros depoentes nós também o demos. Veja o tempo que o senhor precisa, um pouco mais, para concluirmos e iniciarmos as...

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Obrigado, Sr. Lorenzo. Concedo a palavra ao Relator, Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Trinta minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados. Quero cumprimentar também o Sr. Lorenzo Carrasco, que fez essa explanação.

Eu vou aqui encurtar essa preocupação, apesar de já ter sido lido aqui o currículo. O que pergunto, primeiro, a V.Sa. é exatamente o porquê desse seu interesse pelo tema, como iniciou, e se V.Exa. se sustenta exatamente das suas publicações, se essa é a sua função, dos seus estudos, como iniciou tudo isso.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Obrigado.

Em seu *blog*, o antropólogo Mércio Gomes, ex-Presidente da FUNAI, denunciou que, desde 2004, o Instituto Socioambiental — ISA tinha recebido 2 milhões e 800 mil dólares da Fundação Gordon e Betty Moore para demarcar 1 milhão de hectares de terras indígenas no Rio Negro. Nota publicada por esta fundação, datada de 2004, tratava, também, da criação de um corredor ecológico de 23 milhões de hectares ao norte do Amazonas.

Também em seu *blog*, o antropólogo Mércio Gomes publicou nota da mesma fundação, datada de 2004, anunciando a doação de quase 2 milhões de dólares para o Centro de Trabalho Indigenista — CTI para monitorar e proteger quase 5 milhões de hectares de terras indígenas em quatro áreas dentro da Bacia Amazônica — Envira, Guaporé, Javari e Purus —, que são parte integrante de um corredor maior, de 10 milhões de hectares, que abrange as fronteiras do Brasil, Peru e Bolívia, tendo, ainda, como resultados adicionais a criação e o estabelecimento da gestão de duas novas reservas indígenas, abrangendo 455 mil hectares no vale do Rio Purus, no Estado do Acre.

Quais os reais papéis do ISA e do CTI, sob o manto da proteção ambiental e do índio, observados por V.Sa.?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Gostaria de lembrar que o senhor tem 3 minutos para cada resposta.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor poderia detalhar a origem, os fundadores, dirigentes, financiadores, atividades, fontes de remuneração dos dirigentes dessas ONGs citadas?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Estando toda a nossa faixa de fronteira da Amazônia, do Amapá até Rondônia, praticamente isolada por unidades de conservação de terras indígenas e territórios de quilombolas, as últimas ações do aparato ambientalista e indigenista não indicam terem se movimentado para as



fronteiras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que são Estados obviamente produtivos?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Lorenzo, não é sintomático que esse corredor ecológico se desvie daquele que seria o seu curso natural exatamente quando chega à fronteira do Brasil com a Guiana, deixando de fora este país mais o Suriname e a Guiana Francesa, todos os três vinculados a países europeus?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor sabe dizer se essa ideia desse corredor ecológico foi realmente lançada na Conferência do Clima em Paris, conforme anunciava? Só um sim ou um não.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não foi, não é?

Gostaria de lembrar aqui o nosso colega Paulo Cesar Quartiero, que no seu discurso de despedida do Congresso Nacional se referiu ao financiamento externo de políticos defensores de causas nobres ou politicamente corretas, usando, entre outros instrumentos, questões etnoraciais, indígenas, quilombolas, os direitos humanos e a questão ambiental, fazendo referência aos órgãos que lutam permanentemente contra o interesse nacional, como a Fundação Nacional do Índio — FUNAI, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, parte do Ministério Público Federal e as ONGs, substituindo o Estado brasileiro.

Com base na fala do ex-Deputado Paulo Cesar Quartiero, o que dizer dos políticos que recebem financiamento externo da atuação desses órgãos, lutando contra o interesse nacional, e das ONGs que pretendem se sobrepôr ao Estado brasileiro, substituindo-o?

O Deputado Paulo Cesar Quartiero — eu não estou aqui afirmando a verdade absoluta de nenhum lado — às vezes afirmava com muita veemência ou sugeria, diante do que ele viveu em Raposa Serra do Sol, que muitos políticos que pregavam a defesa do índio, do quilombola, do meio ambiente, de tantas coisas, eram beneficiados ou motivados com financiamentos internacionais para estarem cumprindo esse papel.



Eu gostaria de ouvir o seu comentário sobre essas indagações.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria, Sr. Presidente, que todo esse questionário, que tem mais de 40 perguntas, fosse encaminhado ao depoente para que ele respondesse oficialmente a esta CPI.

Segue a minha última pergunta: o que pode ser dito quanto às estratégias ambientais do Banco Mundial para o Brasil acerca de suas parcerias com grandes ONGs internacionais ambientalistas estabelecidas em nosso País e dos cinco corredores ecológicos propostos para a Amazônia?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu agradeço.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito e encaminho o restante das perguntas à assessoria desta CPI para que tome as providências com o Sr. Lorenzo Carrasco a fim de que elas possam ser respondidas oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Agradeço ao Relator Nilson Leitão e ao nosso depoente.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, autor do requerimento. S.Exa. tem 5 minutos. Lembro que vou ser rígido no tempo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Todo mundo recomenda, mas que seja assim para todos, Sr. Presidente. Vamos marcar o tempo. Vou obedecer aos 5 minutos, mas exijo que V.Exa. faça os outros cumprirem o tempo.

Cumprimento o Dr. Lorenzo Carrasco, homem que conhece a geopolítica brasileira e mundial. A sua presença é um orgulho para nós, enriquece muito esta CPI. Esta manifestação tem que ser mostrada para o Brasil. Queria dizer que V.Sa. falou para o Brasil, pois está ao vivo na Internet. Nós pedimos que os meios de comunicação da Câmara dos Deputados divulguem.

Sr. Presidente, peço ao depoente que coloque à disposição da CPI toda a documentação e o material que apresentou aqui, para que possamos manuseá-los. Se V.Sa. autorizar, há aqui um documento que V.Sa. deve assinar, para que fique oficializado.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Muito obrigado. A assessoria irá pegar a assinatura do senhor.

Eu tenho várias perguntas, Sr. Presidente. Peço ao Sr. Carrasco que responda a todas elas depois. Senão, alguns poderão achar que eu estou extrapolando o meu tempo. Pode ser assim?

Em seu livro *Ambientalismo, novo colonialismo*, o senhor fala sobre um governo mundial. O senhor poderia explicar para nós o que é um governo mundial? Seria uma nova ordem mundial, uma obra da ONU? De quem é esta condição de governo mundial? Esta é a primeira pergunta.

O senhor não acha que as publicações oficiais do Poder Executivo mentem quando dizem que o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil — PPG7 foi uma iniciativa do Governo brasileiro, quando se sabe que o PPG7 foi traçado na Conferência do G7 de 1990 em Alstom? Foi uma iniciativa da Alemanha, para ser gerido pelo Banco Mundial, através do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais — RFT. Esta é a segunda pergunta.

Como o senhor avalia o financiamento, segundo o que senhor disse aqui, de fundações internacionais dos Estados Unidos e da Europa, como Moore, Ford, George Soros, Forest, nos movimentos indígenas do Brasil? Por trás disso tudo, no movimento indigenista e ambientalista, não está o sistema financeiro mundial, sediado no Palácio de Buckingham, na Inglaterra, pelo Príncipe Philip?

Como o senhor se coloca diante das comunidades indígenas que desejam ser empreendedoras ou fazer parte da economia brasileira ou se integrar? O senhor disse aqui que os indígenas estão excluídos da possibilidade de evoluir. Como o senhor vê isso?

Eu vejo bem claro que os indígenas do Sul querem se integrar, querem evoluir, querem ser empresários, funcionários públicos ou privados. É uma política da FUNAI. Inclusive, nós recebemos relatos de quem produz como agricultor ser expulso de área porque não poderia praticar a agricultura. Hoje esses indígenas são agricultores, e nós temos que mudar esta situação.

Tenho outra pergunta a fazer ao senhor. Não parece uma guerra perdida a luta contra a intervenção estrangeira nas nossas políticas ambientais, nas nossas agigantadas demarcações de terras indígenas, uma vez que os sucessivos governos



brasileiros, desde a década de 90, obedeceram às diretrizes traçadas de fora para dentro?

Por fim, eu gostaria que o senhor fizesse uma rápida avaliação quando diz que só o Brasil tem terras indígenas demarcadas. Numa análise mundial rápida, como é a situação indígena em outros países com relação à terra e ao tratamento dos indígenas pelos governos no trabalho de integração à sociedade? Há algum isolamento? Qual é o mapa mundial desta situação?

Sr. Presidente, faltam 17 segundos, V.Exa. não me ouviu, mas eu encerro aqui os meus 5 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O senhor vai responder?

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - Sim, vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O Deputado Edmilson Rodrigues é o próximo orador inscrito. S.Exa. dispõe de 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, V.Exa. sabe que eu tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu quero fazer só duas perguntas. O Sr. Carrasco pode responder depois. Quero me aprofundar na questão da República Guarani, que eu tenho visto que está andando bem. Aliás, Deputado Osmar Serraglio, no Paraná já estão invadindo as terras em Guaíra — em Santa Catarina, no Paraná, no Sul do Brasil.

Eu tenho conhecimento até dos estatutos da República Guarani, ou da Constituição deles, que já está pronta.

Aqui estive o ex-Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, que nos mostrou as dificuldades em fazer obras públicas, devido a impedimentos de passar em terras indígenas. O senhor coloca no seu livro “527 obras”.



Algumas coisas específicas neste sentido o senhor deve conhecer, coisas pontuais, que realmente estão atrasando o desenvolvimento do Brasil, como aconteceu com a hidrelétrica de Belo Monte, que o senhor mencionou.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O depoente vai responder a V.Exa. depois.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, infelizmente, já se iniciou a Ordem do Dia. Digo infelizmente, porque poderíamos fazer um debate mais rico. Em todo caso, eu vou falar e, em seguida, sair. Eu não vou fazer perguntas, mas apenas algumas observações.

Eu leio vários autores mexicanos. O hispano-mexicano Adolfo Sánchez Vázquez é, a meu ver, o grande pensador contemporâneo. Eu fico pensando o que diriam Esther Ceceña, Edur Velasco, Adolfo Morales, ao ouvirem a palestra do seu conterrâneo Carrasco.

Eu fiz uma pergunta antes da palestra porque o palestrante não é inocente. Ele teve a sua obra financiada — pesquisa e publicação — pela *Executive Intelligence Review* — EIR, que é coordenada por Lyndon LaRouche. Não sei se V.Exas. sabem, mas a morte do Primeiro-Ministro sueco, Olof Palme, até hoje não desvendada, foi devida a um movimento coordenado por esse senhor de extrema direita, que apoia a Ku Klux Klan. Trata-se do neonazismo norte-americano, sempre ligado a causas pouco nobres.

É verdade que faz mais de 10 anos que o Movimento de Solidariedade Ibero-Americana se separou de LaRouche. Mas não sei se ele continua a receber algum apoio financeiro. Esta é até uma questão que, naturalmente, cria-nos uma dúvida: a presença, desde 1991, do palestrante no Brasil, sendo chamado por lideranças do agronegócio e Deputados conservadores. Inclusive houve uma assessoria, eu não sei se remunerada formalmente, ao Deputado Osvaldo Lima Filho, no período ainda em que ele era Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, no período em que foi proposta aqui uma CPMI que concluiu serem falsas essas teses defendidas pelo Carrasco, jornalista mexicano que teve um livro publicado e financiado pelo LaRouche. A CPMI concluiu que eram falsas essas,



digamos, teses conspiratórias de que o CIMI, a CNBB eram financiados por recursos de quem não queria o desenvolvimento do País.

O problema que está em debate aqui é o tipo de desenvolvimento. Alguém que chega aqui nos afrontando, dizendo que quem criou o Brasil foi José Bonifácio, realmente não conhece a história do Brasil. Alguém que cita Marquês de Pombal, homem forte na reconstrução de Lisboa após o terremoto, que, para isso, extraiu o que pôde das drogas do sertão na minha Região Amazônica, colocou seu meio-irmão, Mendonça Furtado, para governar o Grão-Pará e o Maranhão. Historicamente isso tem uma importância, mas não é nenhum exemplo para que aqui seja a base para defender a tese da mestiçagem.

Há uma falta total de compreensão entre o que é etnia e o que é mestiçagem. Ainda na sessão passada nós debatemos isto: há italianos negros; há alemães indígenas, de origem equatoriano-brasileira; há brasileiros Heinze, cuja origem deve ser alemã. O Colatto acabou de falar italiano. E são brasileiros. A Presidente é Rousseff, e nem por isso deixa de ser brasileira.

Os ianomâmis não aceitam muito a mestiçagem, é verdade. Mas, de repente, uma filha de um ianomâmi não deixa de ser ianomâmi se assim ela se assumir, porque a lei reconhece assim, porque as normas internacionais reconhecem assim, porque é assim para a ciência antropológica, a despeito da visão vesga de quem só defende um tipo de desenvolvimento, espelhado, por exemplo, no domínio tecnológico, da tecnologia brasileira sobre a política energética nuclear. Aliás, o LaRouche atua até na política energética nuclear brasileira desde 1994, como foi denunciado por um ex-dirigente da organização nuclear brasileira.

Ora, eu queria dizer ao nosso Relator Nilson Leitão — nós temos divergências grandes, mas temos respeito um por outro — que não é referência para nós o Quartiero, pelo amor de Deus! O cara responde a 13 processos criminais!

Eu brincava com o Valdir Colatto antes do debate, mas estava falando sério: *“Poxa, a reserva Raposa Serra do Sol foi reconhecida! Para que eu fui defender isso? Mandaram o Quartiero lá para a Amazônia, para o Arquipélago de Marajó, para destruir os Lagos do Arari!”* Estão destruindo as relações sociais tradicionais, poluindo os Lagos do Arari com o agronegócio baseado no arroz, nos inseticidas, no agrotóxico e tantas violências mais.



Agora, se alguma força estrangeira apoiou a ação contra a Raposa Serra do Sol, é bom que se lembre de que, sob o comando do Sr. Quartiero, até a Polícia Federal foi afrontada, pontes foram incendiadas, bombas foram jogadas contra forças nacionais brasileiras. Aliás, todos os órgãos do Brasil denunciaram que foi um ex-oficial da reserva venezuelana quem deu assessoria militar ao Quartiero para que ele impedisse a decisão — não foi do Lula não, nem foi do Ministro Tarso Genro, foi do Supremo Tribunal Federal, a Corte máxima da Justiça brasileira — de reconhecimento das terras em favor das quatro comunidades indígenas, incluindo os macuxis, que habitam a Raposa Serra do Sol. Então, precisamos ter, digamos, mais respeito à nossa inteligência.

Outra coisa: eu nem sou ligado à Igreja, mas acho muito estranho que o Conselho Mundial de Igrejas, que foi criado por um ideólogo de direita ligado à Guerra Fria, agora seja ambientalista e contra o desenvolvimento capitalista no Brasil. Acho muito estranha essa coisa de dizerem que a política indigenista no Brasil é dominada por ONGs financiadas, que não têm interesse no desenvolvimento do Brasil. Então, essas instituições, como o Instituto Socioambiental — ISA, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI e outras, citadas de forma violenta e sem terem direito a resposta, estão fazendo mal para o Brasil? Não. Eu acho que elas fazem bem ao defender os direitos indígenas.

Eu fico triste de ver o Governo submetido à lógica do agronegócio, porque a bancada de V.Exas., Deputado Luis Carlos Heinze, é forte aqui. Infelizmente, num momento de crise política, a atual Presidente está esvaziando a FUNAI e esvaziando o INCRA, que vocês querem destruir definitivamente. Esta é a minha visão, com todo o respeito.

Esta CPI não existe para fortalecer nada. Se assim o fosse, ela não traria alguém que se repete aqui no Congresso Nacional. As pessoas têm direito a se sustentar e receber pelas palestras que fazem. Não sei se alguma instituição do agronegócio financia isso, mas é empenho demais desde 1991, numa luta antiambientalista.

Eu vou concluir dizendo o seguinte: recentemente nós aprovamos aqui a Lei Antiterrorismo. Os órgãos de direitos humanos da ONU — que devem estar sendo financiados, quem sabe, também pelo imperialismo ou por alguma ONG — já se



manifestaram preocupados com a generalidade dos conceitos relacionados a terrorismo no Brasil. Já há, portanto, um primeiro documento lançando críticas à lei que nós aprovamos. Mas a própria ONU já condenou o Estado chileno por ter enquadrado os mapuches como terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu concluo com isto: é exatamente o povo mapuche que sofre uma violência no Parlamento brasileiro, ao ser acusado de estar coordenando ações. Trata-se do mesmo discurso que se faz contra os guaranis-kaiowás, que, no dia 31 de janeiro, tiveram suas malocas e suas plantações queimadas sob o comando de capatazes pagos pelo agronegócio do Mato Grosso do Sul. Então, não dá para aceitar isso.

Eu não tenho o nariz furado porque levo uma vida urbana, apesar de ter sangue indígena. Mas eu me orgulho de ter essa herança indígena. E nós vamos mostrar que desenvolvimento para o Brasil não é implantar barragens como a de Belo Monte, que é destrutiva das etnias, da cultura, da economia e do futuro do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O Deputado não fez perguntas porque, acho, não seria preciso.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Dou-lhe 2 minutos.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas o seu livro foi publicado em 2001, quando o senhor já conhecia quem era o LaRouche há muito tempo. E os movimentos de direita? E os assassinatos de autoridades suecas, por exemplo? Ou ele era inocente?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, por gentileza, V.Exa. tem que presidir. O Deputado fez afirmações e acusações ao depoente, e simplesmente não permite que ele responda.

Então, por gentileza, peço que V.Exa. presida e estabeleça limite. O Deputado chega, fala além do limite, sai, não ouve a resposta. Ele domina aqui, acha que é dono da situação. Isso tem limite!



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Mas V.Exa. falou, Deputado. Quem falou tem que ouvir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Há uma série de coisas de que nós discordamos, mas ele não espera para ouvir a contra-argumentação. Sr. Presidente, por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, por favor!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu não marquei presença no plenário. Tenho o direito de marcá-la.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu também não marquei presença, e estou aqui para cumprir o meu dever.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, o depoente falou por 10 minutos a mais no início. Em cada resposta, ele passou do tempo, e V.Exa. aceitou isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, V.Exa. falou por 10 minutos. Eu lhe dei tempo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que estabeleça limite, porque o Deputado Edmilson acha que vai monopolizar, ao...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho o direito de fazer perguntas. Eu não fiz perguntas e não fui desrespeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Vamos acabar com isso e vamos para frente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...trazer uma informação equivocada e tentar fazer com que a sua opinião prevaleça. Sua opinião não vai prevalecer enquanto eu estiver aqui, porque eu não vou escutar essa cantilena cheia de filosofia encomendada e que não guarda nenhuma relação com a realidade.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. fez um discurso modernista em determinado momento, mas está com uma visão conservadoríssima agora. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Vamos lá. A Deputada Tereza Cristina tem a palavra, por favor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou com uma visão que busca a verdade.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sim? E qual é a verdade?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, olhe, pesquise aí na Internet que V.Exa. vai ver quem ele representa.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Está na hora da minha fala. Por favor!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Eu vou cortar o microfone.

(O microfone é desligado)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - No momento oportuno eu vou fazer algumas ponderações sobre as questões que V.Exa. coloca.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O convidado já é freguês aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu tenho o maior respeito por V.Exa., mas V.Exa. tentou desqualificar o depoente, e o fez de forma muito inapropriada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Vamos lá!

Sr. Lorenzo Carrasco, o senhor tem 1 minuto, por favor.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, por favor.

Há ainda mais seis Deputados para fazer perguntas.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Prof. Carrasco, na última terça-feira, no Mato Grosso do Sul, um delegado da Polícia Federal afirmou que, após as devidas investigações, o CIMI foi indiciado como a instituição responsável por instigar e financiar a prática de uma série de atos ilícitos, como invasões de terras no Mato Grosso do Sul. Aqui esteve um juiz federal na última terça-feira, que fez uma afirmação semelhante à que o delegado da Polícia Federal fez no Mato Grosso do Sul, na CPI do CIMI.



Como o senhor enxerga essa questão? Por que não se pune a atuação ilegal e por que razão não é cumprida a legislação, que somente permite a tomada de terra após a inversão da posse no devido processo?

Passo à segunda pergunta. O senhor tem conhecimento do procedimento administrativo de reconhecimento e declaração de uma terra indígena no Brasil. Muito se critica o fato de que a FUNAI inicia os procedimentos sem dar qualquer conhecimento aos que estão nas áreas de interesse. Se a FUNAI possui a função institucional de defender e representar os indígenas, argumenta-se que ela não teria a imparcialidade necessária para conduzir e julgar esse procedimento. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Também nós temos notícias e denúncias aqui de que várias missões indígenas e ONGs receberam vultosas somas para cuidar de temas como a saúde e a assistência social dos indígenas. No entanto, me parece que, se esses recursos fossem utilizados de maneira correta, os indígenas não estariam na situação de miséria em que se encontram. Em várias aldeias, algumas das quais eu conheço muito bem, principalmente no meu Estado do Mato Grosso do Sul, existe o beribéri, uma doença que já não existe no Brasil há muito anos. Infelizmente, é uma tristeza encontrar mulheres e crianças com esse tipo de doença. O que o senhor pode me dizer desses gastos? O senhor sabe se tais recursos são utilizados fora dessas comunidades e para outros fins?

Essas são as minhas perguntas para o Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra o Sr. Lorenzo Carrasco, para a resposta.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Ok.

V.Exa. está satisfeita, Deputada?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. ficou bem na foto. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Lorenzo, o senhor já veio várias vezes aqui no Congresso Nacional. E aí eu vou citar só uma, por exemplo: quando o senhor esteve numa CPI ainda durante a Assembleia Nacional Constituinte, em que



trouxe as mesmas denúncias, essa história do complô, cujo relatório inclusive não foi concluído nem foi aprovado, porque, na época, constatou-se que essas denúncias eram todas falsas, vazias.

Nesse sentido, eu não vou levantar perguntas, até porque toda a sua fala e, inclusive, parte das suas publicações são uma viagem. Eu queria, na verdade, sugerir algumas coisas para o senhor colocar nesse roteiro, que até hoje o senhor não conseguiu, por exemplo, colocar lá em Hollywood, para fazer um filme de ficção.

O senhor deveria colocar isto: a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica deu uma guinada para trabalhar de preferência com os pobres. Essa guinada — é um roteiro — fez com que se formassem, então, pessoas, missionários, padres e leigos, para vir trabalhar aqui na América Latina, especificamente no Brasil. Daí nasceu a ideia do território guarani, que vai pegar. Então, esquece aquele movimento que havia lá atrás, de independência do Rio Grande do Sul. Agora é território guarani, que inclui Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, trecho de São Paulo, Mato Grosso, Paraguai.

O passo seguinte disso aí seria expulsar todos os imigrantes europeus de volta para a Europa. Então, o Heinze, eu, o senhor, o Colatto, todo mundo vai ter que voltar para a Europa. Coloque no roteiro isso aí, porque é uma coisa interessante.

A outra coisa faz parte disso. O senhor se esqueceu de colocar no roteiro que, quando o Prof. Lévi-Strauss veio dar aula na Universidade de São Paulo — USP, em cuja fundação, aliás, ajudou, ele teve como aluno o Florestan Fernandes, que, por sua vez, teve como alunos Fernando Henrique Cardoso e D. Ruth. Isso é só um a ideia.

Depois disso aí, o Fernando Henrique Cardoso demarcou a terra indígena do Rio Negro e outras grandes reservas. Dá um roteiro interessante: Lévi-Strauss, que é o cara que influenciou toda essa antropologia, deu aula para Florestan Fernandes, que também é um cara de esquerda, que, por sua vez, deu aula para o Fernando Henrique Cardoso e também para a D. Ruth Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Ele é bem de esquerda. (*Riso.*)



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, essa é a trajetória que demarcou o Rio Negro. Perceba que esse roteiro, na mão do Steven Spielberg, tem sentido.

A outra ideia, que, se o senhor fizer um exercício muito bom, pode pegar, por exemplo, é de quando o Collor demarcou a terra indígena ianomâmi. Mas pode ser que, de repente, Collor não dê certo no roteiro, porque ele defendia a abertura do mercado no Brasil, o Estado mínimo. Portanto, pode ser que o Collor (*ininteligível*) interesse do capitalismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Agora é a vez da Dilma.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, eu vou chegar lá na Dilma e no Lula (*risos*), cuja origem também está lá no Vaticano II. Todo mundo sabe que o PT também foi criado por gente que veio dos movimentos sociais, com o apoio da Igreja, não é?

Então, veja este roteiro na mão do Spielberg: o Vaticano II, os padres que se meteram no meio dos pobres, nas comunidades eclesiais de base. Eu estou falando isso porque eu sou um camponês que veio para São Paulo, para a periferia de São Paulo. Eu militava nas comunidades eclesiais de base. Eu sou da Igreja, então, eu também recebi influência dos padres, portanto, lá do Vaticano II. Depois eu fui lá apoiar as greves do Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Deixe-me terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Depois, com a fundação do PT, eu participei do PT. E depois eu fui trabalhar no Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, trabalhei no ISA, de que sou fundador — esqueci os nomes aí —, e fui dar curso para o Chico Mendes.

Esse é o roteiro. Então, Isso aí veio lá do Vaticano II. Aí o Lula vai lá e demarca a Raposa Terra do Sol. Percebe? Então, é um roteiro interessante.

Eu fiquei aqui porque são ossos do ofício ficar aqui ouvindo. E eu dou graças a Deus todos os dias por poder ouvir. Mas haja viagem! E o pior é que essa viagem é também de quem traz o depoente para cá, para nós o ouvirmos.



Eu esqueci uma coisa: o Concílio Vaticano II foi realizado no período da Guerra Fria. Coloque no roteiro que houve a influência da KGB. Na época da política da União Soviética, o Concílio do Vaticano II veio formar a esquerda não só na América Latina, mas aqui, por exemplo. Coloque a influência da KGB.

Portanto, eu não tenho que responder a tudo aquilo que o senhor coloca.

Quanto à bancada ruralista, vamos qualificar o debate aqui! Se nós queremos discutir de fato, fazer funcionar o INCRA e ao FUNAI, vamos ver em que precisamos avançar para melhorar. Eu estou entendendo que V.Exas. também estão preocupados para que os assentamentos deem certo, para que a agricultura familiar também dê certo. Eu estou entendendo que vocês também querem que os índios continuem sobrevivendo.

Até 40 anos atrás, a população indígena do Brasil vinha diminuindo. Quando essas organizações começaram a trabalhar e ajudar os índios, quando o Brasil começou a respeitar os índios e a demarcar as suas terras, a população indígena passou a crescer.

Está garantido na Constituição, feita pelos Constituintes, por esta Casa aqui, que nós queremos um Brasil que respeite a diversidade, que garanta que todos os povos que vivem nesta terra tenham condições de vida, até porque as áreas de fronteira indígenas são territórios da União — usufruto dos índios, mas território da União.

Eu quero, na verdade, conclamar que a bancada ruralista qualifique o debate. Não estou falando que V.Exas. não estão fazendo isso. Mas, na hora de escolher as pessoas para vir aqui, tragam pessoas que tenham seriedade e que não venham aqui fazer uma viagem, para não dizer outra coisa.

Sr. Lorenzo, como até hoje o senhor não conseguiu um contato lá em Hollywood, a sugestão que eu faço é de que coloque no roteiro mais essas contribuições que levantei aqui. Quem sabe o senhor consegue um bom diretor lá em Hollywood e vai fazer um bom filme?

Essas não são questões, mas sugestões. Portanto, não preciso ouvir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.



Informo que há mais três inscritos e que a Ordem do Dia já começou.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, senhor convidado, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou trazer a citação de Hollywood para a nossa realidade.

Às vezes as pessoas estranham o porquê da minha vigilância, do meu acompanhamento em relação às questões indígenas e às questões trazidas em parte pelo nosso convidado hoje. Eu sempre falo que Bertrand Russell — todos o admiravam, era um grande filósofo — dizia que não daria a própria vida por suas ideias, porque eventualmente poderia estar equivocado em relação ao que estivesse afirmando.

Eu sempre procuro me censurar nesse sentido, ouvindo as pessoas e sendo aberto a ideias. É por isso eu disse que quero trazer essa questão para a realidade — é uma pena que poucos Deputados estejam aqui. Eu vou relatar por que, de alguma maneira, eu tenho uma afinidade maior com tudo isso que acontece.

São fatos da vida que me levaram a estar próximo à questão indígena. Um deles foi quando eu participei de uma missão parlamentar em Raposa Serra do Sol. Quem nos acompanhou foi o Comandante-Geral do Exército. Lá naquela região, há um conflito de fronteira entre a Venezuela e o Brasil, há uma malha cujos limites não são muito claros. O Exército queria implantar um quartel-general lá em cima, na região de Pacaraima ou coisa assim, mas não se admitiu isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Foi em Uiramutã. Exatamente.

Houve um movimento impedindo o Exército brasileiro de se estabelecer lá em Uiramutã.

Outro fato da vida, imaginem, foi quando eu acompanhei aquilo a que se fez referência, o neocolonialismo. Na minha cidade de Umuarama, no interior do Paraná, um membro do Ministério Público entrou com ação na Justiça Federal para impedir que fosse aumentada a calagem de utilização da Hidrovia Paraná-Tietê. Esse cidadão, membro de uma instituição nossa, o Ministério Público, foi levado por uma ONG para os Estados Unidos, onde fez um curso de meio ano e, depois, ganhou mais 1 ano. E quando ele voltou, entrou com uma ação contra a União,



contra o IBAMA, e teve concedida a liminar para que fosse impedida a utilização do Rio Paraná para escoamento da produção.

Portanto, é essa a concepção que eu tenho, por isso iniciei a minha fala dizendo que posso estar equivocado. Mas eu tenho isso dentro de mim. Eu vi isto: a utilização de brasileiros para que nós sejamos impedidos de ter transportes baratos, através da via fluvial. Houve uma ação na Justiça Federal de membro do Ministério Público, que foi para os Estados Unidos e, ao voltar, fez isso. Então, eu tenho o fato do quartel e esse episódio.

Lá na minha região, há mais de 50 anos, não existem indígenas. Mas estão querendo criar uma reserva indígena de 14 mil hectares, desalojando mais de mil pessoas. E volto a dizer: há mais de 50 anos, não há um só indígena morando nessa área.

Então, são coisas cerebrinas, que não cabem na nossa cabeça. Como podemos, no século XXI, ser confrontados com esses impasses?

O Deputado Heinze é testemunha de algo que ocorreu, acho, no ano passado, quando fomos à Casa Civil. Já tinha sido noticiado aqui — tanto é que nós já sabíamos — que o Rei da Noruega estava no Norte do Brasil, a convite de uma tribo indígena. Estávamos na Casa Civil, falando com a Chefe da Casa Civil, e ela desconhecia que o Rei da Noruega estava no Brasil, lá numa tribo indígena. O que está acontecendo?

Em relação a essa pressão internacional a que se fez referência, nós também testemunhamos um fato. É por isso eu digo que a vida tem me dado a oportunidade de estar em certos ambientes que talvez tenham me fornecido uma formação equivocada. Eu estou aberto a mudar, mas vi tudo isso que estou dizendo. É como está no poema *Juca Pirama* — as pessoas que gostam dos indígenas e de Gonçalves Dias: *“Meninos, eu vi!”* Então, não adianta vir aqui com essa questão de Hollywood, porque eu vi tudo isso a que estou fazendo referência.

Eu ainda vi — o Deputado Heinze também sabe disso — quando fomos à Casa Civil, para falar também sobre a terra Raposa Serra do Sol. Eu vi a Chefe da Casa Civil dizer: *“Olha, há indígenas que estão lá em frente do Ministério da Justiça, ameaçando suicidarem-se. Imaginem a repercussão internacional disso!”*



Então, sobre aquilo a que o Sr. Lorenzo fez referência, vejam como nós estamos submetidos, lamentavelmente, a influências e ingerências nesse ambiente.

Eu também não vou fazer perguntas. Eu só queria ter um acesso mais fácil a essa bússola que orienta esse tal de neocolonialismo, mas em relação à África. Eu fiquei muito impressionado com essa ideia de *que “como aqui não pode, então, de alguma maneira, se está enjaulando”*. Nós temos percebido aqui uma resistência enorme a que os índios sejam civilizados. A concepção é de que os indígenas brasileiros realmente têm que ser enjaulados. Nós não pensamos assim. Nós queremos que eles evoluam, que participem e que cheguem a ser um Benito Juárez, ex-Presidente do México, ou que venham a ser um Presidente brasileiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - É isso aí.

Eu estive há meio ano, no México, numa reunião do Parlamento Latino-americano — PARLATINO, de que sou membro. Lá eu constatei que alguns países da América do Sul têm vagas garantidas para indígenas no Parlamento. Nós não temos isso aqui. A minha PEC propõe isto: que, independentemente de quantos ou de que etnia sejam os indígenas, haja permanentemente um indígena no Congresso Nacional, para que ele traduza o que os indígenas pretendem. Não estou dizendo que deva ser só um, pois a democracia viabiliza que haja quantos for possível. Mas nós não temos nenhum. Não me refiro aos urbanoides, ou àqueles financiados por ONGs, ou àqueles que adotam como bandeira uma pregação que, por enquanto, não entra na minha cabeça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os convidados, a Deputada Tereza Cristina e os demais Deputados aqui presentes.

Eu queria dizer que estou um pouco perplexo com esta discussão que se faz aqui, porque já participei de mais de uma dezena de CPIs, onde normalmente há um objeto a ser tratado. E nós estamos tratando de assuntos tangenciais, que têm



muito pouco a ver com o que nós queremos apurar aqui, qual seja, como estão as terras dos quilombolas, dos indígenas e da reforma agrária; quais procedimentos foram feitos e, neles, quais irregularidades temos que apontar, para eventualmente serem corrigidas. Nós estamos discutindo aqui mais a questão ideológica, para, a partir dela, saber como temos que nos comportar.

Então, eu quero inicialmente dizer que divirjo ideologicamente dos conceitos que foram estabelecidos aqui, para se justificarem determinados posicionamentos nesta CPI.

Eu só me inscrevi para dizer uma coisa — portanto, eu vou fazer a minha reflexão dentro do tempo de que disponho — que me incomoda muito, que me inquieta por demais. Eu ouvi de vários aqui a afirmação de que os indígenas querem evoluir. O que é esse conceito de “querer evoluir”? Evoluir para quem? Para atender a que objetivos?

É como se dissessem que, por serem indígenas e para cumprir a sua destinação histórica e cultural e a sua realidade, eles não podem evoluir. Para evoluir, eles têm que se tornar agricultores, eles têm que fazer o agronegócio, eles têm que mudar o seu perfil cultural? Isso é absolutamente fora de contexto. Colocar essa questão para ser discutida aqui é um imenso equívoco.

Portanto, eu só me inscrevi, Deputado Heinze, para dizer que nós estamos fora do lugar. Nós deveríamos estar discutindo como foram feitas as desapropriações durante todo esse tempo. Não é isso que nós estamos debatendo aqui?

Dizer que terra indígena, porque ocupa as fronteiras, ameaça a nossa soberania nacional? Esse é um conceito ideológico com o qual não compartilho definitivamente.

Eu entendo que, lamentavelmente, embora a discussão flua nesse sentido, não é esse o objetivo para o qual nós estamos aqui. Lamento profundamente que tenhamos que assistir a isso e que tenhamos que consumir um tempo razoável da nossa vida e do nosso serviço aqui discutindo uma questão que está fora do lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Depois eu te dou um tempo.

Com a palavra o Deputado Abel Mesquita Jr., de Roraima.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Sr. Presidente, demais colegas Deputados, convidado Carrasco, eu sou um Deputado de primeiro mandato, realmente com muito pouca experiência no Parlamento. Sou um empresário lá na minha terra.

Ao ver alguns colegas Deputados brincando com a soberania do nosso País e com parte do nosso povo, eu me decepciono. Roraima é o Estado mais generoso do Brasil com as áreas indígenas e com as demais áreas ambientais. Eu vi alguns colegas aqui evocar Hollywood, dizendo para se fazer um filme, brincando com o nosso povo. Roraima tem 46% do seu território tomado por 32 demarcações indígenas — 46%!

Eu nunca venho para cá para fazer perguntas. Eu venho só para refletir com os demais colegas, com quem estou aprendendo muito. O que aconteceu com Roraima pode estar acontecendo com os demais Estados. Mas lá atrás, ninguém viu isso. Sem dúvida nenhuma, a soberania do nosso País está ameaçada, sim, pela Região Norte. Como um colega falou há pouco, o Exército tentou montar um quartel, e foi impedido. Lá os índios são dominados pelo CIMI. Eu ando pelas áreas indígenas. O povo indígena precisa de nós, precisa, sim, de terras. Mas o Estado de Roraima já lhe deu essas terras.

Vejam só: nós não temos direito nem de estar interligados ao Sistema Interligado Nacional. Em todo o território nacional, em todo o País houve a interligação de energia. No Estado de Roraima, não pode haver essa interligação. Nem na faixa de domínio — e chamo aqui a atenção dos colegas — nós pudemos interligar o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional.

Sem dúvida nenhuma, há uma política internacional para inviabilizar o Estado de Roraima. Ninguém tem dúvida disso, a não ser que não conheça o Brasil. Com a pouca experiência que tenho do Parlamento e com o pouco tempo em que estou aqui, eu não preciso ir muito além para saber disso. Então avançamos para os demais Estados da Federação. É bom porque se está abrindo um debate macro



para podermos reaver alguns laudos antropológicos viciados — ninguém tem dúvida disso.

Então, eu tenho que chamar a atenção desta CPI e dos demais colegas para o que já vem acontecendo há muitos anos. Não deram importância ao que se começou e agora isso está avançando para os demais Estados.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. O que acontece no País é isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Obrigado, Deputado Abel.

Só quero informar que, quando V.Exa. falou em 46% do território de Roraima em reservas indígenas, não foram somados os parques nacionais. Caso seja feita essa conta, o total abrangerá 60% ou 70% do território de Roraima.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra o Deputado Marcon, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria dizer que eu ia fazer perguntas a respeito do Parlamento brasileiro, mas não vou fazê-las. Se eu fosse perguntar algo ao jornalista e professor, eu perguntaria qual a diferença de um mexicano vir para o Brasil e organizar um movimento ou a Igreja Católica organizar um CIMI, uma pastoral indígena aqui. Mas não vou fazer essa pergunta. A pergunta que faria é sobre qual organização americana o sustenta aqui no Brasil.

Mas não farei essas perguntas porque o debate se deu em nível muito baixo e acho que o agronegócio, que ataca os índios, está muito mal assessorado — porque não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira vez que o senhor vem assessorar esse grupo dentro da Câmara.

A ultradireita americana é quem deve patrocinar as suas palestras, os seus livros, sua revista. Isso é engraçado, pois o senhor é um cara inteligente — deve ser, não sei. Mas não apenas um lado da moeda e, quando alguém quer se esconder, diz: *“Eu sou apaixonado pelos índios. Os índios daqui querem se civilizar, e os brancos, a igreja, o CIMI e a FUNAI não deixam”*.



Esse é um discurso antigo, reacionário, atrasado, arcaico. E parece que o senhor defende muito bem isso. A Igreja não pode defender os pobres, mas um professor, um jornalista como o senhor pode defender os ricos e aqueles que são contra os pobres.

Então, fazer perguntas ao senhor é colocar-me em seu nível, e eu não sou do nível do senhor. Eu sou brasileiro, defendo o meu povo, os índios, os pobres. E o pior é que, se houvesse uma intermediação para separar a área dos pobres com a do agronegócio, no agronegócio não haveria ninguém para aplaudi-lo. E o senhor também não teria essas benesses junto ao agronegócio. O senhor está sempre aqui patrocinando a violência contra os pobres no Brasil.

Meu repúdio é que a mesma pessoa que veio de outro país, que veio do México, bate naqueles que tentam defender os pobres aqui no Brasil. Esse é o meu repúdio. Não lhe faço nenhuma pergunta, porque não vale a pena.

Mas, como brasileiro, eu sempre respeitei aqueles que vêm de fora. Os índios foram os primeiros a chegar aqui no País. Antes de chegarem os portugueses, os franceses, os americanos, os europeus, os índios já estavam aqui no Brasil.

A turma do agronegócio está mal. Quero me solidarizar com eles, porque buscaram uma assessoria tão baixa e tão pequena como a prestada pelo senhor. Minha solidariedade com a turma do agronegócio, que tem que se preparar melhor para vir com este debate.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Ainda bem que S.Exa. é solidário, Sr. Presidente. Eu que fiz o requerimento. O Deputado Marcon sempre usa esse tipo de apelação contra o agronegócio, que é segmento que sustenta o Brasil. E ele também é produtor rural. Aliás, ele invadiu uma terra no Rio Grande do Sul e hoje é agricultor. E nem poderia ser, como Deputado...

O SR. DEPUTADO MARCON - O Deputado Colatto está inscrito, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu sou o requerente. Deixa-me falar, V.Exa. falou.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, ele é o...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Isso diz respeito...

O SR. DEPUTADO MARCON - Ele é o proponente do requerimento...



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu sou o Sub-Relator. Deixe-me falar. Você já falou.

O SR. DEPUTADO MARCON – V.Exa. já falou no início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

O SR. DEPUTADO MARCON – E eu tenho orgulho da minha história.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - V.Exa. tem orgulho de invadir terra...

O SR. DEPUTADO MARCON – Nunca escondi da forma que eu conquistei minha terra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - ... de fazer esbulho nas terras.

O SR. DEPUTADO MARCON – Ao contrário daquele que, talvez, tenha chegado de outro jeito na terra, mas não tem coragem de dizer como pegou a terra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu nunca precisei invadir terra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCON – É isso. Eu tenho orgulho.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Tomei o quê? A minha declaração de Imposto de Renda é pública. Eu queria saber dele de onde veio a terra em que ele está morando e explorando. De onde é que vem? Foi invasão pura e simples de quadrilha do MST. E ele é um deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Deputado, dois minutos para V.Exa. encerrar. A Deputada Tereza Cristina está com a palavra. Vou encerrar daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - E ele é um deles. Ele é um deles.

O SR. DEPUTADO MARCON - Lá na CPI estão examinando o negócio da minha área de terras. Eu sou assentado pelo INCRA. Na luta...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Invadido.

O SR. DEPUTADO MARCON - ...invadi, mais ou menos, umas 15...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Invasor de terras o senhor é. E não poderia estar na terra. Tinha que devolver a terra agora como Deputado. Está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado Marcon...

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, o Colatto entrou, falou no meu nome, e eu vou me defender. Eu tenho o direito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Eu sei, V.Exa. vai ter o direito.

O SR. DEPUTADO MARCON - Numa dessas, Colatto, de um lado estava eu, defendendo os pobres; no outro lado estava o Heinze, defendendo os fazendeiros lá no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É assim...

O SR. DEPUTADO MARCON - E tu, Colatto, és doente da cabeça. Vá te tratar da cabeça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Marcon, eu vou te dar a palavra de novo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É assim que o PT está tocando e quebrando o Brasil. E nós estamos tentando salvar a agricultura, o agronegócio que está pondo a comida na mesa. Daqui a pouco tu vais comer um bife grande lá, e quem o produziu foi a agricultura, inclusive de soja, inclusive de soja.

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu não preciso, porque eu tenho carne de porco no meu assentamento.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Porque a carne no Brasil é frango, carne de porco, carne de vaca, é “soja de asa” ou de “caminhar”...

O SR. DEPUTADO MARCON - Até o seu arroz tem veneno...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Você nem sabe o que é isso, veneno. Veneno é o MST que está atrapalhando o Brasil e quebrando o Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCON - Respeita que vai bem, respeita que vai bem.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Gente, eu acho que...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputada, só um minutinho.

O SR. DEPUTADO MARCON - O Colatto tem um discurso (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Eu vou dar a palavra para todo o mundo. Por favor, Deputado Marcon. Ele o ouviu, ouça-o. Depois eu lhe dou a palavra de novo. Nós temos tempo aqui ainda.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Quem fala o quer ouve o que não quer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - A Deputada Tereza Cristina quer fazer uma colocação também. Depois nós vamos fazer...

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu não consigo entender e não sei onde é que nós podemos chegar com uma CPI que tem que analisar o que vem ocorrendo neste País com o desrespeito à nossa Constituição em relação à demarcação de terras indígenas. Eu acho que esse é o ponto. E isso ficou muito claro na reunião passada, quando nós tivemos aqui o ponto e o contraponto, com um Juiz Federal e um membro do Ministério Público Federal.

E mais: todas as vezes que as pessoas não concordam com esse ponto de vista — e, às vezes, esses laudos são tendenciosos, sim —, vem esse desrespeito com o agronegócio brasileiro. E isso eu não posso admitir, porque no agronegócio brasileiro temos pequenos, médios e grandes produtores que são as pessoas que estão lá no campo produzindo para que este País tenha hoje a segurança alimentar que ele pode ter, inclusive segurança nacional, porque ele tem como proteger o seu povo através da segurança alimentar, que é o que todo o País precisa para a sua soberania.

Então, todas as vezes que trazemos um palestrante aqui que discorda da ideologia petista, então eles tentam desqualificar essas pessoas, essas teorias e desqualificar o agronegócio brasileiro. E é isso é um desrespeito a quem trabalha neste País. Há muita gente lá no campo, do raiar do sol até o anoitecer, produzindo e trabalhando para este País, sem saber o que nós estamos discutindo aqui.

E, quando se trata dessas questões de demarcação de terras indígenas, é um problema sim. E nós temos que pensar que existem algumas conspirações sim, porque não é possível um assunto que não se consegue apalpar. Quando a gente chega perto dele, vamos dizer, nada acontece. E só um lado hoje tem a proteção, inclusive, do Estado Brasileiro. E essa proteção não é para o produtor rural, essa proteção é para os indígenas.

Nada contra os indígenas, mas é fato que não querem que eles melhorem de vida. Basta! E nós vamos, nesta CPI, visitar aldeias indígenas e ver a miséria, a pobreza em que eles estão colocados. E não é por falta de recursos, é porque esses recursos não chegam onde eles são necessários, para a saúde e para a educação desses indígenas.



E o problema dos indígenas não é só terra, é muito maior do que isso! E eles têm o direito da escolha, se eles querem sair da sua condição, melhorar e se integrar ou não. Cada tribo, cada aldeia, cada etnia tem uma conduta. E por que nós temos que cercear esse direito?

Então, desculpem-me, mas devo dizer que aqui nós temos dois lados, infelizmente. Eu achei que nós teríamos apenas um lado: o lado de resolver o problema de demarcação de terras indígenas e também o de saber o que o INCRA vem fazendo em alguns assentamentos. A finalidade desta CPI é essa.

Agora, é um desrespeito, e nós temos que ouvir todo o mundo, sim, para formação de opinião dos relatórios que nós vamos fazer no final desta CPI.

Então, eu lhe agradeço e peço desculpa, Dr. Carrasco — que é um jornalista —; e peço-lhe desculpa por tentarem desqualificá-lo. Não é porque não pensam como o senhor que eles devem desqualificá-lo. Aqui é uma Casa onde nós temos diversidade de opiniões para formação, no final, dos relatórios que nós vamos fazer e mostrar à sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

Já não há mais inscritos. Vou passar a palavra ao Carrasco, antes, porém, quero dizer que estou me contendo. O Deputado Marcon, Deputado Collato, ontem me perguntou por que eu estou tão *light* assim. Eu estou presidindo a sessão e não posso estar esbravejando.

Mas quero apenas fazer uma colocação, já que está sendo filmada a reunião: lamentamos que o Deputado Edmilson Rodrigues e tantos outros que falaram tenham tentado desqualificar o Deputado Valdir Colatto e a Deputada Tereza Cristina, que são produtores do agronegócio.

Eu lamento — eu sou brasileiro — o fato de que ano passado 1 milhão e 700 mil brasileiros tenham perdido o emprego. Eles perderam a carteira assinada, Deputada Tereza Cristina. O setor que ainda está resistindo é o agronegócio.

O País está lascado. Quando eu vejo a Presidente Dilma dizendo que o Brasil tem 370 bilhões de dólares de reservas cambiais, penso: quem nos deu essa reserva cambial? É a soja, que tanto espezinham, que foi exportada; o boi que foi



exportado; o frango que foi exportado; o fumo que foi exportado; foram os produtos agrícolas exportados.

Então, nesse sentido, nós temos que respeitar um setor que está segurando este País. Só não estão piores, com as quebradeiras da PETROBRAS, tantas empresas, porque alguém segurou este País, que é a agricultura. Refiro-me aos pequenos, médios e grandes produtores do Sul, do Sudeste, do Centro-oeste, do Norte e do Nordeste. Eles estão produzindo neste País.

Por isso, eu acho que se deve ter respeito com esse segmento. É isso que nós, os defensores do agronegócio, falamos. É nesse sentido que nós queremos dizer que, no Brasil, hoje, o que ainda está dando certo é esse segmento.

E posso citar o Deputado João Leão, da Bahia, hoje Vice-Governador junto com o PT, que está procurando levar empresários do Paraná e do Rio Grande do Sul para lá.

Ontem eu conversava com um Presidente de uma cooperativa do Paraná, e ele me falava: "*Nós não podemos fazer investimentos*". Trata-se de gente com o pé no chão, Deputada Tereza Cristina. Neste momento, ninguém sabe o que vai acontecer amanhã no Brasil.

Agora, nós estamos aqui, mas estão quebrando o pau no plenário em razão das declarações do Delcídio, Deputado, sobre a delação dele. Um absurdo!

Infelizmente, esse é o Brasil.

Por isso, nós temos que ouvir todos. Eu fico aqui ouvindo Parlamentares falarem, assim como ouvimos um Procurador falar semana passada. Eu não concordo, mas eu ouvi. Afinal, temos que ouvir respeitosamente as opiniões de cada um. Eu tenho as minhas, mas respeito as opiniões dos outros.

Como disse a Deputada Tereza Cristina, o que esta Comissão vai fazer com essas informações todas? O Relator e os dois Sub-Relatores, auxiliados pelas nossas assessorias, vão produzir um resultado que eu entendo que vai ser bom para o Brasil.

Então, esse é o ponto. A minha colocação é que nós temos uma ideia a respeito disso. Eu estudo, conheço, e nós vemos a situação hoje dos interesses internacionais no Brasil, sim. Nós estamos vendo isso e logicamente não acontece só aqui.



Com a palavra o Dr. Lorenzo Carrasco para as suas considerações, para nós encaminharmos o encerramento da sessão. Acho que ainda não há votação, mas nós estamos chegando próximo à votação, por favor.

O SR. LORENZO CARRASCO BAZÚA - (*Exposição em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado Valdir Colatto, para encerrar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, como eu acho que fui o responsável por provocar este debate rico, do qual a população brasileira tomou conhecimento — até porque estava sendo transmitida pela Internet e pelos meios de comunicação desta Casa —, eu queria agradecer ao Prof. Lorenzo Carrasco por tudo que passou para o Brasil, por tudo que mostrou dessa engrenagem sórdida que se está criando contra a soberania nacional por muitos traidores da pátria brasileira, que vendem o Brasil por benefícios pessoais ou outros que não sabem onde querem chegar. Mas foram muito esclarecedoras as origens desses movimentos, o que está acontecendo e a soberania brasileira.

Queria agradecer e dizer aqui a todos os funcionários, assessores dos Deputados, da Casa, da Consultoria, em nome do Fernando que está aqui, que não são pessoas despreparadas quando nos recomendaram ou fizeram o convite para que o Prof. Lorenzo Carrasco viesse aqui dar o seu depoimento.

Imaginem que o Brasil estava cego nesse processo, sem conhecer todos esses dados que o Prof. Carrasco trouxe aqui para nós, para esta Casa. Esta Casa tem que discutir isso sim.

É como V.Sa. falou: quando vem o contraditório, cadê o pessoal que estava aqui? Foi embora. E eles não ouviram o que tinham que ouvir. Depois, ficam reclamando, fazendo discurso ideológico. Já sabemos de cor e salteado qual é o discurso, sempre é o mesmo.

Então, nós queremos trazer aqui dados para o Brasil ter conhecimento e decidir. Como? Através deste Parlamento, que tem a responsabilidade de trazer fatos reais e tirar uma política realmente para a questão indígena brasileira.

Com certeza, essa questão de terras não é o problema. Nós temos 13% do território brasileiro; querem 20%, com 800 mil indígenas, estão na cidade. Então, o problema não é terra. Há outros interesses por trás disso que o Brasil precisa saber,



e o Prof. Carrasco trouxe isso aqui com muita clareza, assim como fizeram o Juiz Federal Narciso Baez e o Procurador da República. E nós temos que respeitar as opiniões.

No final, nós, esta Comissão, imparcialmente, como falou a Deputada Tereza Cristina, temos que fazer o nosso relatório e levar uma proposta para o Brasil. Até quando nós vamos criar esse conflito, essa briga interminável, prejudicando todo o mundo? É só ir aos assentamentos, ir aos agricultores em Santa Catarina para ver a tensão. Lá no Rio Grande do Sul pessoas morrem de depressão, não sabendo mais se vão investir ou não.

Está aqui o Ubiratan, que é indígena. Perguntem a ele o que ele pensa dos indígenas. Ele sabe muito bem que o indígena quer sair dessa prisão dentro das áreas. Eles querem se livrar dessa determinação de que ele vai caçar e pescar para o resto dos tempos. Isso não existe mais. Ele quer ser agricultor, sim. E quem acha que não pode reunir os nossos indígenas do Sul, do Norte, de onde tiverem sido integrados, para ver o que eles querem. Ouçam os indígenas e não a FUNAI. É por aí que nós vamos achar a solução.

Eu estou ao lado dos indígenas, sim. Inclusive eu os ajudo em Santa Catarina, em Ipuçu. Eu já fiz emenda para eles. Lá há um índio que é Vereador, outro é Prefeito. Portanto, não há discriminação nenhuma.

Agora, não pode haver esse radicalismo contra quem é da agricultura, quem produz, quem sustenta o Brasil, quem mantém a balança de pagamentos. Não se pode dizer que são bandidos. Ora, nós somos heróis nacionais. Essa é a verdade. A agricultura brasileira é quem está mantendo esse Brasil em pé. Ou alguém se esquece de que se precisa do agricultor três vezes ao dia, no café, no almoço e na janta? Alguém se esquece disso? Se o agricultor não planta, ninguém almoça nem janta. Essa é a realidade que o Brasil tem que entender. O reconhecimento tem que vir para o nosso agricultor. Não é possível que quem esteja salvando esse Brasil fique sendo carimbado como bandido, como violador do meio ambiente, como inimigo dos índios. Fomos chamados até de assassinos de índio aqui. Imaginem a que ponto chegamos.

Então, acho temos que parar com essa questão. Essa questão é ideológica. Eu vejo bem claro que é uma ideologia que o Governo que está aí implantou no



Brasil. E não sei aonde se quer chegar. Se quiserem expulsar todos que são de origem indígena no Brasil, acho que terão que expulsar 99% da população, porque todos têm um pouco de sangue indígena.

E nós estamos tentando resolver esse conflito que está aí. Como o Prof. Carrasco falou, não há lugar no mundo que esteja acontecendo o que acontece no Brasil. E nós estamos alimentando esse conflito. Não sei de quem é o interesse. Aliás, o Prof. Carrasco já disse muito bem que o interesse é mais lá de fora do que de dentro.

Infelizmente, maus brasileiros estão sendo levados pelo canto da sereia e traindo este País, que quer uma solução para essa questão tão grande.

Eu quero agradecer aqui a todos os funcionários — que são preparados sim — que nos ajudam nesse processo. Com certeza, no final da CPI, haverá no relatório as propostas de solução. E vamos votá-lo nesta Casa. Nós somos os legítimos representantes do Brasil e dos brasileiros. Aí é que nós vamos buscar a solução. Quem não quiser fique contra, fique brigando, fique alimentando inverdades e fique do lado errado.

Mas eu sei que o Brasil vai reagir e vai mudar. E nós vamos mudar essa questão. Ou nós mudamos, ou as pessoas nos mudam. Essa é a realidade. Nós vamos mudar a questão indígena no Brasil.

Obrigado, Prof. Carrasco; obrigado, Presidente; obrigado a todos os funcionários que nos ajudam sim e não são mal preparados, como alguém falou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. tem a palavra. Seja breve, Deputado, porque eu ainda não marquei a minha presença.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Primeiro, quero dizer que eu estava aqui, Colatto, mas quando eu falei V.Exa. não estava.

Eu acho que é importante a conversa, tal como vimos realizando sob a coordenação do Presidente Alceu Moreira, que me parece já está afinado com o Alber, que vem fazendo um trabalho lá na Secretaria. É também importante garantirmos aqui no debate sempre o contraditório, para aprofundarmos o debate.



Temos que partir do pressuposto de que todos aqui na CPI estão preocupados em ter uma FUNAI que funcione bem, um INCRA que funcione bem. Aqui ninguém é contra a grande agricultura.

Eu tenho minhas razões para fazer críticas sobre a forma como V.Exas. defendem determinados projetos aqui dentro, que colocam em risco a própria grande agricultura ali na frente. Eu já falei isso em várias oportunidades.

V.Exas., por exemplo, não estão atentos ao fato de que, daqui a pouco, as grandes sementeiras internacionais vão dominar as sementes, e nenhum agricultor brasileiro — seja pequeno ou grande — quer esse controle. V.Exas. não estão atentos a isso. E V.Exas. não estão atentos ao fato de que as grandes transnacionais estão dominando a produção e a distribuição dos químicos da agricultura. V.Exas. não estão atentos a isso.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não é só no Brasil, é no mundo inteiro.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - No mundo inteiro, mas eu estou falando.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O.k. E eu tenho batido nesse assunto, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, é isso. E como estou falando: V.Exas. não estão atentos. Nós levantamos essas questões, V.Exas. fazem ouvidos moucos e não colocam isso aí — está bem? E V.Exas. também acham que são só os agricultores que alimentam as pessoas no Brasil, mas sabem que não é.

A grande agricultura é importante do ponto de vista da balança comercial. Precisa-se cuidar da grande agricultura com carinho, mas não podemos acabar com os recursos aqui e depois, daqui a alguns dias, não poderemos produzir mais. Mas quem bota alimento na mesa das pessoas são os pequenos e médios agricultores do Brasil — a agricultura familiar. Estou falando que a produção vem principalmente deles. É isso que eu estou falando.

Então, eu só queria colocar isso a V.Exas. e voltar a dizer, Deputado Valdir Colatto, porque V.Exa. não estava aqui: nós estamos numa CPI que não pode trabalhar nesta perspectiva de destruir a política indigenista, destruir a política de assentamentos, a política de reforma agrária, a política de reconhecimento de direito de populações.



Eu espero que V.Exas. não venham nessa perspectiva. Espero que não seja essa a perspectiva. E, se não for essa a perspectiva, quando sugerirem nomes de convidados, espero que V.Exas. os qualifiquem melhor. Eu volto a dizer — V.Exa. não estava aqui, Deputado Valdir Colatto — que devemos ter uma melhor qualificação das pessoas que vêm para cá.

Ora, trazer gente que fala sobre uma armação internacional... Poderíamos dizer assim: qual é a grande armação internacional? É o capitalismo, que quer se reproduzir, inventa suas crises, que tem o poder central hoje dominado principalmente pelo sistema financeiro. E aí podemos dizer assim: V.Exas. estão muito mais a serviço desse capitalismo do que nós, do outro lado, que defendemos as pessoas. Aí é uma questão concreta, real. Refiro-me a essa luta sobre o modelo de sociedade que se quer. Qual a base econômica que a sociedade quer?

Agora, ao presenciar o que se falou hoje aqui, podemos dizer que V.Exas. não estão levando o assunto com seriedade. E isso se repete toda vez em que há alguma Comissão aqui para discutir Amazônia, para discutir questão agrária, para discutir questão indígena, para discutir questão ambiental ou temas afins.

V.Exas. reiteram o convite e trazem a mesma figura para repetir essa viagem. É uma viagem! E isso para não dizer outra coisa. É uma viagem.

Estou falando isso para o bem do Parlamento, para o bem da nossa convivência aqui, para nós crescermos e aprofundarmos, melhorarmos a legislação, melhorarmos a indicação para o Executivo. Tragam gente aqui que possa contribuir com o debate. Refiro-me, principalmente, a V.Exa., Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Estou falando numa boa. Eu estou falando numa boa: vamos trabalhar para elevar o nível da discussão, para aprofundar o debate e conhecermos a realidade das instituições que nós estamos querendo conhecer, das políticas que nós queremos conhecer, para nós contribuirmos.

É este País de inclusão que nós queremos. Este é o País que respeita a diversidade. E cabe todo mundo dentro deste País.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Antes de encerrar a presente reunião, estou informando que a fase deliberativa, que nós aprovamos na semana passada, não vai acontecer porque já se iniciou a Ordem do Dia.

Antes de encerrar a presente reunião, esta Presidência comunica aos nobres Parlamentares que o convidado a prestar depoimento, o Sr. Mércio Pereira Gomes, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, alegou compromisso acadêmico no dia 15 de março e, portanto, o referido depoimento ocorrerá no dia 17 de março, quinta-feira.

Informo, ainda, que a realização da diligência na região de Mato Preto, no Rio Grande do Sul, no período de 7 a 11 de março, em cumprimento aos Requerimentos de nº 158, de 2016, e 161, de 2016, foi aprovada na 11ª Reunião, realizada no dia 23 de fevereiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião deliberativa ordinária para o dia 8 de março, terça-feira, às 14 horas, em plenário a ser definido.

Muito obrigado.